



**Diário Oficial**  
Municípios de Santa Catarina

Segunda-feira, 04 de agosto de 2025 às 09:29, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 7460883: LEI Nº 5.068, DE 17 DE JULHO DE 2025**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Balneário Camboriú

MUNICÍPIO

Balneário Camboriú



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7460883>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

**LEI Nº 5.068, DE 17 DE JULHO DE 2025.**

**“Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) do Município de Balneário Camboriú para o quadriênio 2026-2029.”**

A Prefeita Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 (PPA 2026-2029), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal e art. 14 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta lei, considera-se:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Objetivo: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Justificativa: a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e mensuração dos problemas e necessidades;

IV – Diretriz: conjunto de critérios de ação de decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

V – Ação: o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), com vistas à execução de um programa;

VI – Produto: os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Meta física: os objetos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

VIII – Meta financeira: valores monetários estimados para os programas e ações;

IX – Fonte de recurso: fontes de recursos utilizadas para financiar as ações pretendidas em cada programa, segundo tabela do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**Art. 3º** O Plano Plurianual demonstra os objetivos e as metas da administração pública, incluindo as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

**Art. 4º** O PPA 2026-2029 organiza a atuação governamental em programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

**Art. 5º** Integram o PPA 2026-2029:

I – Anexo I – Despesas PPA por Programa e Ação com Metas

II – Anexo II – Receita PPA Consolidado

III – Anexos Complementares, contendo:

a) Despesa PPA por Função de Governo;

b) Despesa PPA por Programa e Unidade Orçamentária;

- c) Despesa PPA por Unidade Gestora;
- d) Despesa PPA por Ações e Unidade Orçamentária;
- e) Despesa PPA por Natureza da Despesa Consolidado
- f) Receita PPA por Unidade Gestora;
- g) Receitas e Despesas PPA por Fonte de Recursos.

**Art. 6º** Os programas e as ações do PPA 2026-2029 serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as alteram.

**Art. 7º** Os relatórios que compõem o Plano Plurianual, representado pelos Anexos desta Lei, serão estruturados em programas, objetivos, justificativas, diretrizes, ações, produtos, unidades de medida, meta física e financeira e fontes de recurso.

**Parágrafo único.** O relatório que demonstra a previsão das receitas orçamentárias para o PPA 2026-2029 representa uma estimativa de recursos necessários à consecução dos objetivos propostos nos programas de governo.

**Art. 8º** A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novas ações serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão anual ou projeto de lei específica de alteração desta Lei.

**Art. 9º** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

**Parágrafo único.** De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas físicas e fontes de recursos das ações para compatibilizá-las com as modificações efetivadas pela lei orçamentária anual.

**Art. 10.** As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 17 de julho de 2025, 176º da Fundação, 60º da Emancipação.

JULIANA  
PAVAN VON  
BORSTEL:0354  
6841913

Assinado de forma  
digital por JULIANA  
PAVAN VON  
BORSTEL:03546841913  
Dados: 2025.08.04  
09:23:31 -03'00'

**JULIANA PAVAN VON BORSTEL**  
**Prefeita Municipal**